

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. Lei Federal N° 8.069/90, de 13 de julho de 1990 e alterações.
2. Lei nº14344, de 24 de maio de 2022.
3. Lei Federal N° 12.010, de 3 de agosto de 2009 (Lei de Convivência Familiar), e suas alterações.

INFORMÁTICA

Conceito de Internet, Intranet e Extranet: Ferramentas e aplicativos de navegação, de correio eletrônico, de busca e pesquisa; Noções de Computação em nuvem (Cloud Computing); Segurança da Informação: Segurança Física e Lógica, criptografia, aplicativos, dispositivos para armazenamento de dados e cópia de segurança, procedimentos de backup. Pacote Microsoft Office. Principais aplicativos para edição de textos, planilhas eletrônicas, editor de apresentações de slides e geração de material escrito, visual e sonoro, entre outros e Banco de Dados.

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentidos próprio e figurado. Ortografia. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Figuras de sintaxe. Vícios de linguagem. Equivalência e transformação de estruturas. Processos de coordenação e subordinação. Sintaxe. Morfologia.

SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

1. Lei Federal N.º 13.431, de 4 de abril de 2017 (Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência).
2. Lei Federal N.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-Sinase), e suas alterações. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm
3. Lei da Escuta Especializada X Depoimento Especial.

ANEXO II – CALENDÁRIO SIMPLIFICADO

30/07/2023	Aplicação da Prova.
31/07/2023	Divulgação do Gabarito – Prova Objetiva
11/08/2023	Resultado da Prova Objetiva e Redação.
14/08/2023	Início do prazo de 2 dias para a interposição de recursos.
15/08/2023	Fim do prazo para interposição de recursos.
16 e 17/08/2023	Análise dos recursos interpostos pelas bancas avaliativas.
18/08/2023	Resultado final dos recursos.
21/08/2023	Publicação de Resolução disciplinando o procedimento e os prazos para o processamento e julgamento de denúncias e práticas de condutas vedadas durante o processo de escolha e período eleitoral.
21/08/2023	Divulgação dos Locais de Votação.
22/08/2023	Reunião de Orientação aos Candidatos e Assinatura do Termo de Compromisso junto ao Ministério Público.
12/09/2023	Prazo para Credenciamento de Fiscais de Local de Votação e Apuração, formalmente indicados pelo candidato com cópias de identificação.
29/09/2023	Prazo final para reunião com os candidatos e seus fiscais para orientações acerca de condutas vedadas no dia da eleição.
01/10/2023	Eleição. Votação na Zona Urbana e Rural Publicação do Resultado da Eleição.
Até 30/11/2023	Curso de Formação Obrigatório aos Titulares e Suplentes.

01/01/2024	Os candidatos aptos a tomar posse no dia 10/01/2024, sob determinação e orientação do CMDCA e membros do Conselho Tutelar em exercício, poderão iniciar o período de transição para compreensão de rotina e conhecimento de casos.
10/01/2024	Cerimônia de Posse dos Conselheiros Tutelares Eleitos Titulares.